

ARY JORGE AGUIAR NOGUEIRA

...

JUDICIALIZAÇÃO DA COMPETIÇÃO ELEITORAL MUNICIPAL

AS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES DE 2004 A 2018

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2019

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1. Estado da Arte da Pesquisa em Judicialização da Política	5
Introdução.....	5
1.1 As diferentes definições do fenômeno da judicialização	6
1.2 Do constitucionalismo à judicialização da política.....	19
1.3 Estudos contemporâneos de judicialização da política	28
1.4 Estudos de judicialização da política no Brasil	38
1.5 Judicialização da competição eleitoral no Brasil.....	46
Conclusão.....	53
Capítulo 2. Institutos Jurídicos que Causam Eleições Suplementares	55
Introdução	55
2.1 As ações e meios judiciais que causam eleições suplementares.....	55
2.1.1 Ação de impugnação de mandato eletivo - AIME....	56
2.1.2 Ação de impugnação ao registro de candidatura - AIRC	58
2.1.3 Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE.....	59
2.1.4 Recurso contra expedição de diploma - RCED	62
2.1.5 Representação específica do artigo 23, da lei 9.504/97	62

2.1.6 Representação específica do artigo 30-a, da lei 9.504/97	64
2.1.7 Representação específica do artigo 41-a, da lei nº 9.504/97	66
2.1.8 Representação específica dos artigos 73 e 74, da lei 9.504/97	68
2.2 Dispositivos constitucionais que ensejam novas eleições	70
2.2.1 Impeachment.....	70
2.2.2 Prefeito Itinerante.....	71
2.2.3 Irregularidades formais.....	73
2.2.4 NEPOTISMO	78
2.2.5 Dupla vacância.....	80
2.3 Dispositivos infraconstitucionais que ensejam novas eleições	81
2.3.1 Inelegibilidades da lei 64/90 anteriores à lei da ficha limpa	81
2.3.2 A lei da ficha limpa	82
2.3.3 Abuso do poder político e econômico	85
2.3.4 Captação ou gastos ilícitos (caixa dois de campanha)	87
2.3.5 Captação ilícita de sufrágio	91
2.3.6 Condutas vedadas aos agentes públicos.....	95
Conclusão.....	98
Capítulo 3. Eleições Suplementares Municipais	101
Introdução.....	101

3.1 Eleições suplementares – conceito e cabimento.....	101
3.2 Metodologia.....	105
3.3 Eleições suplementares – dados e análise	109
3.3.1 Dados gerais.....	109
3.2.2. Judicialização da competição eleitoral municipal.....	122
Conclusão.....	128
Conclusão.....	131
Referências	135